

PARA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DAS ECONOMIAS AFRICANAS

CDD promove *Africa Policy Dialogues* em Moçambique



Créditos: Adaptado do Africa Democratic Institute

1. Enquadramento

A experiência internacional, no geral, e a africana, em particular, mostra que a abundância de recursos naturais num país ou região não implica automaticamente crescimento económico e melhoria das condições de vida da população¹. Dependendo

das opções de política e da capacidade de gestão macroeconómica instalada, a abundância de recursos naturais pode ser uma bênção ou uma maldição para tal país ou região².

Um dos principais determinantes para a

¹ https://www.economics.ox.ac.uk/images/Documents/OxCarre_Policy_Papers/oxcarrepp200801.pdf
² <https://www.jstor.org/stable/23071620?seq=1>



Créditos: www.abc.net.au

transformação, de facto, da abundância de recursos naturais em riqueza para o país ou região é o estabelecimento de um modelo de governação inclusiva³ (especialmente garantindo que todas as pessoas interessadas tenham voz e participem da tomada de decisão⁴) que permita a participação de todos os cidadãos num processo transparente de tomada de decisão sobre a gestão desses recursos que são um bem público.

Este é um dos principais factores que explica o sucesso (Botswana, Canadá, Austrália e Noruega)⁵ e o fracasso (Nigéria, Zâmbia, Serra Leoa, Angola, Arábia Saudita, e Venezuela) de alguns países abundantes em recursos naturais⁶.

Moçambique é também uma nação abençoada pela abundância diversificada de recursos naturais que incluem imensas terras férteis para a agricultura, vastos recursos hídricos no interior e na costa e, mais recentemente, recursos minerais e hidrocarbonetos. Apesar deste potencial económico em termos de recursos naturais, o país continua subdesenvolvido, sendo neste momento um dos 10 mais

pobres do mundo⁷, segundo a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo com 45 anos de independência, e não obstante a abundância de recursos naturais acima mencionada, Moçambique ainda continua uma economia essencialmente baseada num sector agrícola ineficiente e, por isso, pouco produtivo. A indústria manufactureira é praticamente inexistente e os serviços são, na sua maioria, dedicados à comercialização de produtos importados com pouco valor acrescentado no Produto Interno Bruto (PIB) do país⁸. Portanto, o país ainda não conheceu uma transformação estrutural da economia que permita uma realocação eficiente dos recursos naturais existentes para maximizar os ganhos para a população e, deste modo, promover um crescimento e desenvolvimento económico do país.

Não obstante o seu enorme potencial agrícola e 80% da força de trabalho estar alocada para este sector de produção, o país ainda não conseguiu transformar isso em alimen-

³ https://mpra.ub.uni-muenchen.de/58598/1/MPRA_paper_58598.pdf

⁴ <https://includeplatform.net/publications/inclusive-governance-for-economic-structural-transformation-in-mozambique/>

⁵ <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0297.2006.01045.x>

⁶ <https://www.e-education.psu.edu/ebf200/node/222>

⁷ <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/poorest-countries-in-the-world>

⁸ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/%C3%89-hora-de-acordar-e-reinventar-se-Mo%C3%A7ambique.pdf>



Créditos: MMO Notícias

tos e riqueza para os moçambicanos. Com efeito, a maioria (66.8%)⁹ da população moçambicana ainda vive nas zonas rurais com dificuldades de acesso aos serviços básicos, como educação, saúde e água¹⁰. Pior ainda, mais de 50% da população vive em extrema pobreza e com níveis consideravelmente altos de insegurança alimentar e desnutrição, sendo as regiões centro e norte as mais afectadas¹¹. Portanto, ao longo de todos esses anos, a abundância de recursos naturais não foi transformada em riqueza para a maioria dos moçambicanos. As falhas na governação económica do país são um dos principais factores que leva a esta situação¹².

Estas falhas incluem a falta de mecanismos de governação inclusiva e participativa (tomada de decisões nos níveis central, provincial e distrital) que possam garantir uma transformação estrutural que leve a um crescimento económico inclusivo e conducente à melhoria das condições de vida da população. Mas ainda é possível concretizar a transformação

estrutural da economia nacional, mas para tal acontecer é necessário que se estabeleça um modelo de governação inclusiva que permita que todos moçambicanos tenham voz na definição do modelo de gestão da riqueza do país.

É neste contexto que, no passado dia 14 de Julho, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden¹³, iniciou a implementação do *Mozambique Policy Dialogue (APD Mozambique 2020)*¹⁴ para o debate inclusivo de ideias sobre oportunidade para a transformação estrutural da economia de Moçambique, em particular, e das economias africanas, no geral. Este programa é implementado no âmbito da Plataforma INCLUDE¹⁵, que é uma plataforma de produção, partilha de conhecimento e engajamento entre organizações académicas e da sociedade civil e fazedores de políticas inclusivas. O INCLUDE tem apoio do Governo dos Países Baixos.

⁹ http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projeccoes-da-populacao/mocambique_projeccoes_2007_2040.xls/view

¹⁰ https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Final_QUARTA%20AVALIA%3C%87AO%20NACIONAL%20DA%20POBREZA_2016-10-26_2.pdf

¹¹ <https://www.unicef.org/mozambique/nutri%3CA7%3CA3o>

¹² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/%3C%89-hora-de-acordar-e-reinventar-se-Mo%3CA7ambique.pdf>

¹³ <https://www.ascleiden.nl/>

¹⁴ <https://includeplatform.net/publications/inclusive-governance-for-economic-structural-transformation-in-mozambique/>

¹⁵ <https://includeplatform.net/theme/african-policy-dialogues/>



Créditos: www.morocco.worldnews.com

2. Breves notas sobre a transformação estrutural da economia moçambicana nos últimos 40 anos

A história da transformação estrutural da economia moçambicana teve o seu início com a formação do primeiro Governo de Moçambique independente. A primeira tentativa formal de transformação estrutural da economia moçambicana remota do período em que vigorava a economia centralmente planificada, quando o primeiro Governo de Moçambique independente implementou o plano Plano Prospectivo Indicativo (PPI) entre 1980 e 1990¹⁶. Posteriormente, e devido ao fracasso do PPI, em 1987, Moçambique introduziu o Plano de Reabilitação Económica (PRE)¹⁷ com assistência técnica e financeira das instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). Com o fim da guerra civil e realização das primeiras eleições, foram implementados vários programas de reconstrução das infra-estruturas económicas destruídas pela guerra,

e desta forma promover a crescimento e desenvolvimento económico do país.

O denominador comum de todos os programas anteriormente mencionados era a materialização do preceito da Constituição da República de Moçambique que estabelece a agricultura como a actividade básica e a indústria como o sector dinamizador da actividade económica. Em resultado da implementação destes programas económicos, entre 1991 e 1999, o PIB de Moçambique cresceu a uma taxa média anual de 7%¹⁸, mas isso não impediu que o país fosse classificado como sendo o quarto mais pobre do mundo, com um IDH de 0.209¹⁹.

A estrutura económica de Moçambique sofre profundas mudanças com a chegada da "era dos megaprojectos"²⁰. Entre 2000 e 2010, o país assistiu à operacionalização de grandes projectos de investimento na in-

¹⁶ http://www.arpac.gov.mz/images/livros/livro_40anos.pdf

¹⁷ <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/mocambique>

¹⁸ <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib-na-optica-de-producao/pib-na-optica-de-producao-2020/view>

¹⁹ <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/mocambique>

²⁰ https://www.iese.ac.mz/https://www.iese.ac.mz/lib/cnclb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf



Créditos: Jornal O País

dústria transformadora (MOZAL) e extractiva (SASOL e Companhia Vale do Rio Doce Moçambique), cujos efeitos na estrutura económica do país materializaram-se na redução do peso da agricultura para cerca de 28% do PIB. Em sentido contrário, a indústria transformadora aumentou o seu contributo para o PIB para 13%. Neste período, o crescimento económico de Moçambique acelerou para uma média anual de 8%²¹, colocando Moçambique entre as 10 economias mais pobres do mundo com um IDH de 0.353²².

As recentes descobertas de grandes reservas de gás natural na bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado, que se juntam às áreas já em exploração na Província de Inhambane (regiões de Pande e Temane), colocaram Moçambique no restrito grupo de países ricos em hidrocarbonetos, tendo mesmo sido apelidado de “novo Qatar” de África²³.

No entanto, depois da natural euforia nacional pela descoberta de mais uma fonte

de riqueza em solo pátrio, começaram a soar os alarmes relativamente ao receio de, tal como tem acontecido com algumas economias abundantes em recursos minerais, tais como a Nigéria, República Democrática do Congo e Venezuela, Moçambique tornar-se numa economia extractivista e rentista²⁴, i.e., depender quase que totalmente de uma indústria extractivista que não tem ligações com os outros sectores da economia (principalmente a agricultura que emprega a maior parte da população moçambicana), e que, portanto, não gera desenvolvimento para o país. Com efeito, a agricultura tem o seu peso na estrutura económica do país reduzido para 24% enquanto, a indústria extractiva está a contribuir cada vez mais para o PIB do país, estando actualmente com um peso de 5%. A indústria manufactureira está também a perder relevo na estrutura económica nacional, estando o seu contributo para o PIB estimado em volta de 9%.

²¹ <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib-na-optica-de-producao/pib-na-optica-de-producao-2020/view>

²² <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/mocambique>

²³ <https://www.diarioeconomico.co.mz/oilgas/gas-natural-pode-transformar-mocambique-no-qatar-de-africa/>

²⁴ <https://noticias.sapo.mz/economia/artigos/mocambique-esta-a-afundar-se-numa-dependencia-de-recursos-carlos-lopes>



Créditos: Agência Lusa

3. APD Mozambique 2020

Criados em 2015 pela Plataforma INCLU-DE, os *African Policy Dialogues* (APD) consistem em espaços de interação entre representantes do Governo, do sector privado, da sociedade civil, de académicos e outros actores relevantes para, em conjunto, gerar evidências empíricas sobre problemas socioeconómicos que afectam os países africanos, e que sirvam de base para o desenho e implementação de políticas ou programas socioeconómicos que possam conduzir as nações africanas para um crescimento económico sustentável e inclusivo. Actualmente, para além de Moçambique, existem APDs em oito países africanos, nomeadamente Etiópia, Gana, Uganda, Nigéria, Quênia, Ruanda, Mali e Níger.

O *APD Mozambique 2020* é uma plataforma para um debate participativo com o ob-

jectivo principal de disseminar a partilha de conhecimento sobre o papel estratégico dos mecanismos de governação inclusiva, um factor essencial para o alcance do objectivo de transformação estrutural da economia através do empoderamento socioeconómico da população de baixos rendimentos, particularmente jovens e mulheres vivendo nas zonas rurais que, estruturalmente, são as mais afectadas pela pobreza.

Para um melhor entendimento sobre o papel da governação inclusiva na transformação estrutural da economia moçambicana, o *APD Mozambique 2020* irá realizar um estudo de caso²⁵ com base no exemplo do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) para avaliar em que medida os actuais mecanismos de governação são efectivamente inclusivos e capazes de envolver

²⁵ O recém-criado CONSAN baseia-se no trabalho do Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar (SETSAN), criado no início da década para reforçar os esforços intersectoriais e descentralizados na área de FSN. Nos últimos anos, quando o SETSAN ainda estava funcionando como parte do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), o pressuposto de que um aumento na produção agrícola levaria naturalmente à soberania alimentar começou a ser questionada e, conseqüentemente, as estratégias nacionais de produção agrícola e de SAN foram reavaliadas. Em 2020, o novo governo decidiu separar os sectores de SAN e da Agricultura. Visto que a Agricultura e o Desenvolvimento Rural foram reunidos no novo MITADER, o SETSAN passou a fazer parte do CONSAN, sediado no gabinete do Primeiro-ministro (como estratégia para promover a participação intersectorial e social e contribuir para combater a fome, a desnutrição e a pobreza através da concretização progressiva do direito humano à alimentação).



Créditos: Carta de Moçambique

activamente camponeses e pequenos agricultores para melhorar a produção agrícola e promover a soberania alimentar/segurança alimentar e nutricional em Moçambique. A escolha do CONSAN como um objecto prioritário de pesquisa para o *APD Mozambique* é baseada na crença de que essa estrutura do conselho pode ser uma oportunidade fundamental para vincular governação inclusiva e transformação estrutural.

O documento-chave para inferir sobre a conexão entre governação, crescimento económico, transformação estrutural e segurança alimentar e nutricional será a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)²⁶. Essa estratégia faz alusão ao compromisso do Governo com “inclusão” e “crescimento”. No entanto, a questão de “governança” não recebe ênfase suficiente. Por essa razão, o *APD Moçambique 2020* também visa destacar o papel principal da governança em todo o conteúdo da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, debatendo e disseminando o conceito de “governança inclusiva” e sua aplicação nos níveis nacional, provincial e distrital.

Em termos específicos, o *APD Mozambique 2020* tem como objectivos:

- Incentivar debates intersectoriais e participativos, com entidades nacionais, africanas e internacionais, sobre o papel fundamental da governação inclusiva para o alcance de um crescimento económico inclusivo com transformação estrutural.
- Criar um indicador de “*Governança Inclusiva*” - mecanismo para monitorar a evolução da governação inclusiva no país.
- Consciencializar a população sobre a importância da sua participação e o engajamento efectivo no processo de tomada de decisão sobre assuntos socioeconómicos da comunidade.
- Fortalecer a presença da governação inclusiva nos mecanismos de tomada de decisão desses órgãos de governação local até aos mais altos níveis do poder executivo.

²⁶ http://www.setsan.gov.mz/wp-content/uploads/2016/12/ESTRATEGIA-NACIONAL-DE-DESENVOLVIMENTO_2015-2035.pdf

- Promover uma maior reflexão nacional sobre como superar a tendência vivida por Moçambique, desde a década

passada, de elevado crescimento económico mas com exclusão socioeconómica.

As actividades e acções previstas no âmbito do *APD Mozambique 2020* são descritas na tabela abaixo:

#	Actividades	Cronograma
1	Encontros com entidades relevantes (Governo, sector privado, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento) para a apresentação formal do programa <i>APD Mozambique 2020</i>	Julho 2020
2	Produção da nota conceptual consolidada do programa	Agosto 2020
3	Seminário de lançamento público do <i>APD Mozambique 2020</i>	Outubro 2020
4	Realização do Estudo de Caso	Outubro-Dezembro 2020
5	Conferência internacional para partilha de informação sobre Moçambique e outros contextos africanos em matéria de governação inclusiva e transformação estrutural	Janeiro 2021
6	Realização de 3 Diálogos provinciais para disseminação dos resultados da conferência internacional (sul, centro e norte)	Fevereiro 2021
7	Apresentação formal dos resultados dos <i>APD Mozambique 2020</i> ao CONSAN e ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Março 2021
8	Lançamento da iniciativa <i>governance: watch and act!</i> e da primeira série da publicação anual.	Abril 2021
9	Publicação do relatório final do programa <i>APD Mozambique 2020</i>	Abril 2021

Tal como se pode depreender da descrição acima feita, o *APD Mozambique 2020* é um programa multidisciplinar e multissetorial e que, por isso, irá envolver:

- *Entidades governamentais*: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)²⁷, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural²⁸ e representantes governamentais de outros sectores relevantes, como recursos naturais, energia, ambiente, acção social, juventude e trabalho);
- *Sector Privado*: representantes da Confederação das Associações Económicas (CTA)²⁹, Associação Moçambicana de Bancos (AMB)³⁰, Fóruns Provinciais de Comércio, Associações Provinciais de Pequenos Agricultores, entre outros;
- *Organizações da Sociedade Civil*: Rede de Organizações para a Soberania Nutricional (ROSA)³¹, Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) e Plataforma sobre os Recursos Naturais e Indústria Extractiva (PIE);
- *Agências Multilaterais de Desenvolvimento*: União Europeia (EU)³², Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)³³, Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO)³⁴, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³⁵, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)³⁶, entre outros.

²⁷ <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz173957.pdf>

²⁸ <https://www.agricultura.gov.mz/>

²⁹ <https://cta.org.mz/>

³⁰ <http://www.amb.co.mz/>

³¹ <https://rosa.org.mz/>

³² https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique_pt

³³ <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique>

³⁴ <http://www.fao.org/mozambique/en/>

³⁵ <https://www.mz.undp.org/>

³⁶ <https://www.unido.org/>

4. Principais questões a serem debatidas no *APD Mozambique*

Inspirado pela constante busca pelo fortalecimento dos mecanismos democráticos de governança que, para o *APD Mozambique 2020*, o CDD decidiu incluir a governação para abordar o tema do crescimento económico e da transformação estrutural da economia com melhorias na segurança alimentar e nutricional em Moçambique.

As principais questões de pesquisa a serem exploradas durante a implementação do *APD Moçambique 2020* incluem:

- Se/como a governação inclusiva contribui para o alcance de um crescimento económico com transformação estrutural através dos sectores de produção agrícola?
- Os mecanismos de governação económica existentes são efectivamente inclusivos? Quais são os pontos fortes e os desafios?
- Qual é o nível de alcance dos indicadores de governação inclusiva que levam à transformação estrutural a nível local, provincial e nacional?
- Os mecanismos de governação inclusiva podem servir como catalisadores para garantir o crescimento económico com a transformação estrutural e com inclusão socioeconómica?
- Como a governação inclusiva pode contribuir para o alcance de um crescimento económico com transformação estrutural no sector agrícola para que este

possa garantir a segurança alimentar e nutricional da população moçambicana?

- Quais são os principais indicadores para monitorar a governação inclusiva?
- Quais são as funções de governação nos níveis central, provincial e local? E quais são suas oportunidades e desafios? Como se dá a governação inclusiva da segurança alimentar no contexto de Moçambique? Quais são os actores envolvidos em cada nível de governação e qual é o seu nível de participação efectiva na tomada de decisões?
- Qual é o papel das cooperativas agrícolas nos mecanismos de governação inclusiva, com o objectivo de melhorar a transformação estrutural por meio da produção agrícola e da criação da soberania alimentar?

Para o CDD, a implementação do *APD Mozambique 2020* constitui mais um instrumento para a materialização da sua visão de promoção de uma sociedade moçambicana inclusiva, democrática e desenvolvimentista, com respeito dos Direitos Humanos. De igual modo, este programa contribui para o cumprimento da missão do CDD de catalisar o desenvolvimento de capacidades, com enfoque na juventude, mobilizar a opinião pública e providenciar um espaço independente para uma reflexão crítica sobre os desafios à democratização e ao desenvolvimento socioeconómico de Moçambique e da região.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO **saharón**

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO **saharón**

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passo a palavra! Uma iniciativa de:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

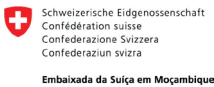
PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra
 Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
 Supporting freedom around the world